

Território negro feminino: protagonismo em Santo André¹.

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17948491>

Luana Maria de Lima Oliveira (Programa de Economia Política Mundial/UFABC)

Email: oliveira.luana@ufabc.edu.br

Resumo: A singular condição de opressão enfrentada pelas mulheres negras, resultante da interseção entre discriminações de raça, gênero, classe e sexualidade, motivou a criação de espaços de fortalecimento, no qual pudessem ser discutidas questões inerentes a essas mulheres, que foram e permanecem, muitas vezes, invisibilizadas historicamente em espaços políticos. Assim, esta pesquisa tem como objetivo discutir os pressupostos da cooperação social do “Coletivo Negra Sim – Movimento de Mulheres Negras de Santo André”, considerando o enfrentamento ao racismo e à desigualdade de gênero, bem como a sua organização política e sua influência como espaço de fortalecimento coletivo. O Coletivo tem atuado colaborativamente desde os anos 1990, estabelecendo parcerias com outras instituições do município e integrando importantes órgãos, como o COMUN (Coordenação Municipal de Entidades Negras), o CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras) e o Fórum Estadual das Mulheres Negras. Com base em entrevistas semiestruturadas ocorridas entre 2021 e 2024, análise documental e da obra “Mulheres Negras Sim” (2022), discutem-se as formas de organização interna, a atuação pública e os desafios enfrentados pelo Coletivo. O artigo propõe que a experiência do Negra Sim exemplifica como os movimentos sociais negros femininos contemporâneos são sustentados por laços afetivos, produzem memórias dissidentes e constroem práticas de resistência.

Palavras-chave: fortalecimento coletivo; resistência; movimento de mulheres negras; feminismo negro; interseccionalidade.

Introdução

Ao longo das últimas décadas, movimentos de mulheres negras têm ampliado sua presença nos espaços públicos, produzindo não apenas incidência política, mas também saberes, memórias e formas de organização coletiva ancoradas em experiências situadas de resistência. Neste artigo, propomos discutir a atuação do Coletivo Negra Sim de Santo André (SP), como exemplo dessa articulação entre identidade e política. Fundado em 1995 por mulheres negras que identificaram a necessidade de um espaço próprio para pensar e viver a luta antirracista e feminista, o Negra Sim se consolidou como um polo de referência política, cultural e comunitária. A partir de uma aproximação etnográfica com base em entrevistas, análise de documentos e observação de atividades, este texto busca compreender como esse Coletivo mobiliza afetos, redes e memórias como ferramentas de resistência.

Como escolha metodológica, o artigo baseia-se em quatro entrevistas semiestruturadas realizadas com integrantes do Negra Sim entre 2021 e 2024, incluindo tanto mulheres

¹ Artigo extraído da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC, em 3 de dezembro de 2024, sob orientação da professora Dra. Regimeire Oliveira Maciel. A pesquisa contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Brasil.

fundadoras quanto integrantes mais recentes. A seleção dessas interlocutoras foi fundamentada em sua representatividade no Coletivo e na diversidade de percursos que compõem suas histórias — variando em idade, tempo de atuação e tipos de engajamento. Embora a disponibilidade tenha influenciado a composição final, buscou-se garantir uma amostra suficientemente variada para oferecer um olhar abrangente sobre a trajetória e as transformações do Coletivo:

- **Sônia Maria de Souza Raimundo (1953–2025)²**, também conhecida como Makota Sessileowa (72 anos), foi uma das fundadoras do Coletivo Negra Sim e uma liderança importante dentro do movimento negro, com uma trajetória de militância política e social que se estendeu por mais de duas décadas. Sônia foi assessora parlamentar e se reconhecia como Makota Sessileowa, uma liderança religiosa de matriz africana, o que a conecta profundamente com a resistência cultural e política dos povos negros e das mulheres.
- **Rosana Aparecida da Silva (59 anos)**, também cofundadora do Coletivo, iniciou sua militância no movimento negro em 1992, quando participou de uma atividade do 8 de março em Santo André, voltada para discutir questões de gênero e raça. Esse evento foi o marco inicial de um processo formativo que culminou na criação do Coletivo Negra Sim, do qual Rosana se tornou uma das principais líderes. Ao longo de sua trajetória, Rosana se destacou pela sua atuação em atividades comunitárias e educacionais, além de sua contribuição na articulação de políticas públicas voltadas para as mulheres negras.
- **Sandra Regina da Silva Cassimiro (58 anos)**, por sua vez, participou do Coletivo Negra Sim de maneira pontual ao longo dos anos, mas foi durante a pandemia, após sua aposentadoria como professora, que seu envolvimento se intensificou e agora ocupa o cargo de tesoureira. A pandemia, que impôs um distanciamento social significativo, também resultou em um fortalecimento da solidariedade entre as mulheres do Coletivo, proporcionando a Sandra a oportunidade de se envolver de forma mais intensa nas ações do grupo. Sua formação como educadora contribuiu para sua participação nas atividades de conscientização e formação política, além de sua atuação no fortalecimento da identidade e da missão do Coletivo.

² In memoriam: este artigo presta homenagem à memória de Makota Sessileowa, cuja contribuição permanece viva na luta por justiça e igualdade.

● **Rosi Silva** (35 anos), a mais recente integrante do grupo, se uniu ao Coletivo durante a pandemia, atuando como educadora de crianças e como apoio na distribuição de alimentos pelo programa Mesa Brasil promovido pelo Sesc Santo André no período da pandemia de COVID-19. Embora sua participação tenha se iniciado de forma mais pontual, ela se destacou pela importância de suas ações em um momento crítico, quando a crise sanitária impôs sérios desafios às comunidades periféricas. Rosi trouxe para o Coletivo sua experiência na área educacional e na implementação de ações emergenciais de suporte às famílias em situação de vulnerabilidade, contribuindo diretamente para as atividades de apoio social do grupo.

Utilizou-se também a obra "Mulheres Negras Sim" (2022), que reúne relatos autobiográficos das participantes, como fonte de memória e narrativa coletiva. As citações desta publicação serão identificadas como "Cassimiro, 2022" ao longo do texto e as entrevistas semiestruturadas com integrantes do Coletivo como "Entrevista com [nome da entrevistada]".

A metodologia adotada combina análise qualitativa das entrevistas, leitura crítica de fontes narrativas produzidas pelo próprio Coletivo e interpretação contextual dessas experiências à luz dos debates sobre antirracismo, feminismo negro e organização política de mulheres negras.

Desse modo, compreender o Negra Sim é compreender uma parte fundamental da luta das mulheres negras no Brasil, especialmente a partir de suas atuações coletivas. Por meio desta escrita, buscamos construir um espaço que conecte ancestralidade, memória e, sobretudo, o que impulsiona mulheres negras em uma sociedade marcada pelo racismo e pelo patriarcado.

Santo André, como campo fértil de constituição de um movimento de mulheres negras

A data oficial da fundação da cidade de Santo André é de 1860, a partir de um núcleo de povoados que se formou ao redor da construção da Estrada de Ferro São Paulo Railway e, em 1938, obteve a política como município (Fabian; Santos; Lima, 2006).

Até 1945, a região do Grande ABC Paulista era vista como uma única unidade administrativa, funcionando como um subúrbio industrial de São Paulo. Desde 1930,

tornou-se o quarto maior centro industrial do Brasil. No início do século XX, diversas fábricas de setores variados, principalmente têxteis e automobilísticos, se instalaram na área e a partir dos anos 1950, com o crescimento econômico do país, a região se destacou como um importante polo gerador de empregos.

O governo de Juscelino Kubitschek, que começou em janeiro de 1956, focou no crescimento econômico do Brasil por meio do Programa de Metas, que incluía os setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. A indústria automobilística foi especialmente beneficiada, com um aumento significativo na produção nacional, embora controlada por capitais estrangeiros. A política desenvolvimentista de Kubitschek resultou em um crescimento econômico médio de 8,1% ao ano.

A migração de negros e negras para Santo André foi um acontecimento significativo desde o início do século XX. Essas pessoas se dirigiram ao estado de São Paulo ou à região metropolitana da capital, saindo de áreas rurais para as cidades. Entre as décadas de 1940 e 1950, muitas famílias negras migraram para Santo André em busca de novas oportunidades de trabalho, incluindo posições como operários nas estradas de ferro, trabalhadores por empreitada, funcionários da prefeitura, trabalhadoras domésticas, operárias em olarias, enfermeiras, costureiras e tecelãs (Fabian; Santos; Lima, 2006).

Desde os anos 1980, a cidade de Santo André tem passado por um processo de transformação em sua estrutura produtiva e na geração de empregos, mudando seu perfil de uma cidade industrial para uma prestadora de serviços (Souza, 2008). Muitas indústrias demitiram um grande número de trabalhadores e transferiram setores de sua produção para outras localidades, resultando em uma maior pauperização dos segmentos social e economicamente vulneráveis.

Quanto às mulheres negras, elas foram historicamente relegadas a trabalhos em setores de menor prestígio social, como a agricultura, o operariado na indústria do tabaco e o trabalho doméstico. Este último, embora oferecesse uma remuneração relativamente melhor, ainda evocava formas de violência e controle que remetiam ao período escravocrata (Santos; Oliveira, 2018). Nesse cenário, o Coletivo Negra Sim emergiu como uma resposta às lacunas e exclusões vividas por essas mulheres no contexto de Santo André e da região do Grande

ABC. Desde 1995, essa organização tem sido um espaço de resistência e aquilombamento, sendo a única voltada especificamente para mulheres negras na região.

O relato de Rosana da Silva, uma das fundadoras, reforça a importância desse processo. Ela explica que o grupo começou a se reunir no início dos anos 1990, estudando e buscando embasamento teórico para discutir o racismo e suas consequências:

Nós, Negra Sim, somos um grupo de mulheres negras que, no início dos anos 1990, começou a se reunir, estudar e buscar embasamento teórico para discutir o racismo. Desde então, num processo de amadurecimento, veio surgindo o entendimento de que a base da família e a estrutura do movimento negro são as mulheres negras. Se as mulheres negras não estão bem, nada à sua volta flui, nada se movimenta (Cassimiro, 2022, p. 26).

Rosana também ressalta o impacto transformador da entidade sobre as mulheres que passaram pelo grupo:

Convidamos mais mulheres para contribuir com o processo. Passaram várias mulheres pela entidade, em formação. Umas permanecem até hoje, outras com passagens mais breves ou longas, saíram. Porém, todas ficaram felizes e mudaram sua forma de pensar e militar nesse mundo racista e sexista (Cassimiro, 2022, p. 52).

Após a abolição formal da escravidão em 1888, as mulheres negras ingressaram no mercado informal de trabalho, no setor de serviços domésticos, como lavadeiras, cozinheiras, passadeiras, e dessa forma garantiram o sustento das famílias negras. Para compreender o papel historicamente atribuído às mulheres negras, é essencial reconhecer as raízes coloniais que perpetuaram a exclusão e a desigualdade. Após o fim da escravidão, a ausência de políticas específicas e de oportunidades as empurrou para fora das senzalas e as confinou majoritariamente ao trabalho doméstico.

Nesse contexto de marginalização, o Coletivo Negra Sim surge como uma importante iniciativa política, iniciando sua atuação com uma pesquisa qualitativa em 1996, focada nas vivências de mulheres negras da periferia de Santo André. Como destacado por Sandra Cassimiro e Rosana da Silva, essa investigação revelou a profundidade das questões enfrentadas por essas mulheres e as motivações iniciais do Negra Sim na cidade de Santo André:

Entrevista com Sandra Cassimiro: Elas formaram o grupo e começaram a fazer um mapeamento no Jardim Irene. A gente viu que as áreas com mais pessoas negras estavam mais longe do centro, e Santo André não é diferente. A população negra tá mais concentrada na Grande Vila Luzita e João Ramalho. A primeira coisa que fizeram foi ver quantas mulheres negras tinha e começar a fazer reuniões com elas. A ideia era pedir creches, porque pra mulher na periferia que precisa trabalhar, é crucial saber onde deixar o filho, né? E também tinham questões de transporte e outras coisas. Então foram atrás de políticas públicas, tipo postos de saúde. A gente sabe que, geralmente, tem esses lugares, mas não dá conta de atender todo mundo. A mulher não consegue fazer o acompanhamento de saúde como devia, então elas entraram no Conselho da Saúde pra lutar por melhorias.

Entrevista com Rosana da Silva: As nossas principais demandas foi primeiro entender como é que a gente poderia contribuir com a questão do combate ao racismo, entender como é que era essa questão das discutir políticas que que que tratassem da questão racial. E a gente começou a discutir, começou a entender que a gente, que o governo, os municípios tinham que ter, discutir saúde da população negra, discutir a juventude negra, discutir a questão da história da África. Então a negra assim começou, como tinha muitas professoras também e é mulher, empreendedoras, mulheres empresárias, da costura, do cabelo, da reforma de roupa. A gente começou também a entender como é que essas mulheres poderiam estar inseridas no mercado, fazer seu trabalho e também não perder de. De não perder a essência da questão racial. Então, negra assim começa com esse empoderamento das mulheres.

No primeiro depoimento, Sandra Cassimiro reflete sobre a educação infantil em Santo André, destacando como as demandas das mulheres negras muitas vezes estavam ligadas à questões práticas do cotidiano, como a necessidade de creches para os filhos de mães trabalhadoras.

Na década de 1960, era comum que mulheres negras trabalhassem como cozinheiras em lares de famílias de classe média e alta na região metropolitana de São Paulo, uma vez que as funções de trabalhadora doméstica, embora demandassem habilidades práticas, geralmente não exigiam qualificação técnica ou escolar (Lemos; Perazzo; Oliveira, 2021). E esse início da inserção das mulheres negras no mercado de trabalho na região do Grande ABC Paulista ocorreu, em grande parte, em empregos que não exigiam qualificação. Conforme os relatos mencionados, algumas mulheres do Coletivo trabalharam como trabalhadoras domésticas ou costureiras. Sonia Raimundo, por exemplo, relembra sua trajetória profissional:

Sonia Raimundo: O bairro do Bom Retiro tinha muitas vagas de trabalho como auxiliar de costureira (...) meu primeiro emprego oficial com a carteira assinada. (...) Não demorou muito para eu entender que a carteira assinada não era a solução para a

vida. Guardei essa descoberta. Depois de um tempo trabalhei como costureira autônoma igual meu pai trabalhava de pedreiro. (Cassimiro, 2022, p. 95).

Ana Maria Boa Ventura e Maria do Carmo Inácio, em contraste com trajetórias de trabalho informal, alcançaram estabilidade no serviço público de Santo André, principalmente na área da educação, superando desafios e conquistando marcos importantes em suas carreiras. A seguir, seus relatos mostram como essas mulheres venceram adversidades e consolidaram suas contribuições ao desenvolvimento educacional e social da região:

Ana Maria: Nasci em Santo André na década de 60. Iniciei na rede estadual de ensino em 1992, como professora de História do Ensino Fundamental, anos finais, atualmente sou Supervisora de Ensino na rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo. Construí a minha carreira sendo Professora na rede pública estadual e municipal de São Paulo em Salas de Aulas do Ensino Fundamental e Médio. Depois fui Professora Coordenadora e cheguei no cargo Titular de Supervisora de Ensino. Eu acredito que estamos nesse mundo para crescer e que ninguém pode determinar o que vamos ser. Que somos aquilo que conseguimos enxergar que queremos ser. Cheguei à Supervisão de Ensino da maior rede de Ensino da América latina. E acredito que ainda há tempo para chegar mais longe na educação desse país. Sei que ainda tenho muito a contribuir na educação da minha cidade, do meu estado e do meu país. Nunca deixei de lecionar na educação básica. Sou professora na rede municipal da cidade de São Paulo, desde 1997 (Cassimiro, 2022, p. 89).

Maria do Carmo: Criada numa família de 5 irmãos e com muitas dificuldades financeiras, acreditei desde pequena que seria uma mulher vencedora e alcançaria os meus objetivos. Naquela época não sabia ainda bem o que queria, mas já sabia o que não queria. Almejava uma vida diferente para mim, observava as mães das minhas amigas, e quando ia nas casas das minhas amigas, procurava fazer amizades com as mães delas, para aprender como ter atitudes de grandes pessoas. E desejava levar uma vida igual a das minhas amigas e sempre acreditei que eu um dia seria uma grande mulher, porque acreditava que eu poderia ser quem eu quisesse ser. Por volta dos 20 anos, me concurrei como funcionária pública na Educação. Foi uma das maiores conquistas da minha vida, apenas 7 vagas e eu passei em 4º lugar, conquistando uma vaga concorrida por muitos. Foi em agosto de 1992 (Cassimiro, 2022, p. 69).

A educação desempenhou um papel fundamental nas escolhas e possibilidades profissionais das mulheres negras do grupo Negra Sim em Santo André, inclusive permitindo que ocupassem posições como professoras. Para essas mulheres, o acesso à educação significou enfrentar preconceitos e barreiras culturais que perpetuavam a ideia de que o espaço doméstico era o lugar "natural" para elas (Moraes, 2003). Enquanto o ambiente doméstico era visto como o destino esperado para mulheres brancas de classes sociais mais

altas, para as mulheres negras, o trabalho sempre foi uma necessidade para garantir a própria subsistência e a de suas famílias, seja na agricultura, no serviço doméstico, em funções de cuidado ou como operárias.

A seguir, apresentamos um depoimento que exemplifica como a educação não só abre portas, mas também fortalece a identidade e o potencial das mulheres negras.

Pepê Silva: Eu nasci em São Luís, menina Ludovicense, sempre muito curiosa, estudiosa, estudante de escola pública a educação básica toda. Logo no ensino médio fiz a escolha de estudar numa escola de ensino técnico, optei pelo magistério, onde habilitava as(os) estudantes para serem professoras(es) do ensino primário (hoje chamamos de anos iniciais do ensino fundamental). Essa escolha me confirmava o desejo de ser uma educadora, era meu sonho fazer pedagogia. Quando entrei na Pedagogia, já morando aqui em São Paulo, era como se eu tivesse realizado todos os meus sonhos, a felicidade não cabia em mim. Foram muitos desafios. Em paralelo a isso eu fui me alimentando de saberes e me embebecendo da cultura e sobre a importância da população negra para o Brasil e para o mundo (Cassimiro, 2022, p. 60).

Um exemplo das iniciativas do Negra Sim em Santo André é o trabalho que o Coletivo realiza com o “Projeto Estudando para Transformar”, que incentiva meninas negras a buscarem a escolarização e explorarem seu potencial educacional. Esse projeto reflete o compromisso com a transformação social e a valorização da educação, como descrito abaixo por Rosi Silva, que compartilha o impacto dessa atuação no apoio ao crescimento educacional e pessoal dessas jovens. Durante a pandemia, o Coletivo intensificou ações voltadas para a educação, destacando a importância desse apoio para o fortalecimento do Coletivo, conforme explicitado em seu estatuto social, que ressalta o compromisso de “desenvolver e incentivar programas e projetos nas áreas de geração de trabalho e renda, lazer, arte, saúde, educação, cultura e outras, visando o desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas da população negra”:

Entrevista com Rosi Silva: A mulher negra tem que estar onde ela quiser, né? Então, a gente precisa investir muito, muito mesmo em educação. As meninas ficam realizadas pela oportunidade que tiveram. Quando fizemos o resgate das meninas pretas e pardas, elas estavam meio receosas, tipo, "Como assim? Vou estudar de graça e ainda vou ter ajuda pra estudar e tal? E vou ter mentores me acompanhando?" Mas elas precisam mudar essa visão, né? Não é pra mulher negra só ficar na cozinha, fazendo comida, trabalhando na casa dos outros. Não é assim que tem que ser. A gente precisa crescer e a ideia é que uma puxa a outra. Então, com o tempo que elas estão com a gente, a gente tenta entrar bem na vida delas,

inclusive na vida pessoal. Cada uma tem uma história complicada, mas a gente vai entendendo e ajustando as coisas a cada encontro. Elas passaram por uma fase de introspecção e fizeram um acompanhamento individual. Foi bem interessante, elas gostaram muito da troca, especialmente no planejamento profissional. Muitas não sabiam como seria a vida delas antes do programa, e muitas não confiavam em si mesmas, não confiavam na própria capacidade. A gente pede pra elas mandarem o boleto mensal pra gente fazer o pagamento e prestar contas. O dinheiro é dividido, e elas também precisam mandar o boletim. Dá pra ver a satisfação delas quando tiram uma nota alta, tipo "Olha, tirei nove!" E a gente vai comentando, tipo "Poxa, deu uma caída aqui, mas olha como você tá agora." É bem bacana.

Assim, é importante notar que a educação é um ponto central na atuação do Negra Sim, além de ser um motivador para suas integrantes:

Entrevista com Sonia Raimundo: Hoje, se eu te falo que minha filha é doutora em educação, é por causa da Negra Sim, que me fez olhar pro individual e depois pro coletivo. Vai lá, Soninha! (...) A educação é um instrumento muito importante e valioso, especialmente pra gente, né? O negro faz parte disso e é valorizado por isso. A questão é que, se a gente for ver, o negro começou a estudar mais tarde do que a população não negra, que já estava com vários passos à frente. Então, a população negra ainda tá correndo atrás desse atraso. E o estado não oferece uma educação perfeita ou com boas condições. Mas, mesmo assim, a gente tem a Luana, a Sandra, a Leila, que conseguem furar o cerco e fazer a diferença.

Ainda, o impacto do Negra Sim em Santo André se deu a partir de algumas ações que foram cruciais para fortalecer a presença e a visibilidade da comunidade negra na cidade. Entre essas ações, destacam-se a mobilização para a elaboração inédita do livro *Memória e História de Negros e Negras na Cidade de Santo André*, a criação do mapa da população negra chamado *Cartografia Negra de Santo André: Memórias (Re)Existências e Manifestações Culturais*, hospedado no site do Negra Sim, que mapeia e registra ativistas, militantes e entidades locais e teve um total de 3.000 pessoas alcançadas através das mídias sociais no ano de 2021. Além disso, o Negra Sim desempenhou um papel fundamental na implantação da Coordenadoria da Igualdade Racial, fomentando discussões e planejando ações para a promoção da equidade. Atuaram também junto ao Fórum das Entidades Negras para a implantação do feriado de 20 de novembro e a implementação da Lei Maria da Penha na cidade.

Entretanto, conforme relatado pelas integrantes durante as entrevistas, no início das atividades do Coletivo Negra Sim, ocorreu um episódio significativo de hostilidade: a

pichação de uma suástica na Casa 5, o espaço onde as mulheres se reuniam para as reuniões do Coletivo. Este ato de vandalismo é um indicativo claro de que, mesmo em 1995, havia um desconforto e uma certa estranheza por parte de alguns moradores de Santo André ao ver mulheres negras se reunindo e se organizando. A presença de tal símbolo de intolerância revela a resistência enfrentada por essas mulheres no exercício de sua mobilização e ativismo na cidade. Como observam Sandra Cassimiro e Sonia Raimundo, essas ações não impediram o Coletivo de continuar sua luta:

Entrevista com Sandra Cassimiro: Lembra que eu falei que a Negra Sim fazia reuniões lá na casa de cabeleireira? Um dia, amanheceu pichado com uma suástica. A Negra Sim sofreu bastante, lá atrás, passou por várias dificuldades, até teve a porta pichada com umas coisas pesadas. Mas, por causa dessa luta, a Negra Sim também tá sempre na filiação dos conselhos e das entidades negras comuns.

Entrevista com Sonia Raimundo: Mas eu lembro de uma situação em que um grupo se organizou pra fazer pesquisa no bairro. Fomos com prancheta e conversamos com as mulheres mais periféricas. Na época, era um bairro com bastante gente negra, mas bem periférico. A gente ia de casa em casa, pedindo informações. No meio do caminho, estávamos com fome, então entramos em um boteco, sentamos e comemos frango assado, tomamos refrigerante e cerveja. Foi um momento tão rico, né? Porque a gente tava ali pra empoderar as pessoas, mas também nos empoderamos. Os homens ficaram abismados de ver a gente lá, acho que éramos cinco ou seis mulheres. Sentamos no boteco e conversamos, foi uma experiência muito forte.

Esses eventos ilustram a trajetória do Negra Sim e seu impacto na luta por direitos e reconhecimento das mulheres negras em Santo André. No entanto, para uma compreensão mais completa do papel e da influência do Coletivo na cidade, é crucial explorar como o Negra Sim atua politicamente em Santo André. Quais são as estratégias e ações adotadas pelo Coletivo para promover suas causas?

Processo de constituição e organização do Coletivo Negra Sim: dinâmicas de formação e estruturação do grupo

Esta seção examina o contexto em que o Negra Sim emergiu e atuou na esfera pública, incluindo os motivos pelos quais essas mulheres criaram um espaço de autonomia, suas influências e relações antes do surgimento do grupo. Além disso, serão discutidas as estratégias e iniciativas adotadas para garantir a presença e a permanência do grupo no espaço

público, bem como as oportunidades e desafios impostos pelas dinâmicas políticas do cenário em que se inserem.

O Negra Sim foi criado em 1995 por cinco amigas: Ana Maria Boa Ventura, Maraisa Almeida, Rosana da Silva, Sonia Raimundo e Vera Lucia Rosa, que se encontraram em 8 de março. Algumas delas já estavam envolvidas com o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Sonia Raimundo, uma das fundadoras do movimento Negra Sim, compartilhou sua experiência sobre como essa iniciativa foi idealizada durante um encontro do FéMeninas. O FéMeninas era um movimento que reunia mulheres de diversas origens, promovendo a troca de experiências e a construção de redes de apoio. Os encontros ocorriam anualmente no dia 8 de março, em celebração ao Dia Internacional da Mulher, mas a intensidade das discussões e as interações entre as participantes mostraram que havia uma demanda por um espaço mais contínuo, especificamente voltado para as mulheres negras.

Após participar do FéMeninas por dois anos consecutivos, Sonia e as outras fundadoras perceberam que as necessidades das mulheres negras, em particular, não estavam sendo plenamente atendidas. A partir dessa constatação, decidiram se encontrar mensalmente, criando um ambiente seguro e acolhedor que incentivasse o fortalecimento do movimento e a expansão das atividades focados em mulheres negras:

Entrevista com Sonia Raimundo: O Negra Sim foi fundado num encontro da FéMenina, nós, tinha um movimento de mulheres, tem ainda, ele ainda não está tão movimentado como antes, mas tinha um movimento de mulheres que se encontrava no 8 de março e aí, eu, Rosana da Silva, a Maria de Lourdes, a Ana Maria Boaventura, a Maraisa, fomos para esse encontro dois anos consecutivos e aí no segundo ano, a gente entendeu que a gente devia se encontrar para além do 8 de março, nós mulheres negras e foi o que aconteceu, a gente começou a se encontrar uma vez por mês e foi ficando mais forte esse movimento, a gente foi chamando outra mulheres e entendemos que tínhamos que poderíamos estar nesse movimento que é o FéMeninas, mas tínhamos que ter um momento das mulheres negras, então foi assim que foi fundado o Negra Sim.

Era a partir de relato como o destacado acima que, por exemplo, Lélia Gonzalez reconhecia a importância do feminismo “como teoria e prática, para a luta e conquistas das mulheres, pois, ao apresentar novos questionamentos, induzia a formação de grupos e redes e,

principalmente, desenvolvia a busca de uma nova forma de ser mulher” (Gonzalez, 1988, p. 135). Nessa mesma linha, Brenny Mendoza acrescenta que “ignorar a historicidade e colonialidade de gênero também cega as mulheres brancas do Ocidente”, que frequentemente têm dificuldades para reconhecer a intersecção de raça e gênero e “a sua própria cumplicidade nos processos de colonização e dominação capitalista” (Mendoza, 2010, p. 23).

Os depoimentos das integrantes do Coletivo Negra Sim ressaltam a importância de sua experiência prévia em espaços de militância, como o MNU ((Movimento Negro Unificado) e o PT (Partido dos Trabalhadores), antes da fundação do Coletivo. Essa vivência não apenas aproximou as mulheres de pautas sociais, como as questões raciais e de gênero, mas também aprofundou sua compreensão sobre o "ser mulher negra". Como podemos ver nas falas a seguir, esses ambientes foram fundamentais para moldar sua atuação política e social.

No depoimento de Rosana da Silva, por exemplo, ela recorda a conexão entre cinco mulheres que se encontraram em uma oficina no Dia Internacional das Mulheres, 8 de março, e a importância da luta antirracista e da busca por formação, que foram pilares na criação do Negra Sim:

Rosana da Silva: Cinco mulheres que se cruzaram em uma oficina no dia 08 de março, Dia Internacional das Mulheres. Como dizemos, nossos passos vêm de longe. Nossa luta é ancestral e esperamos que tenhamos que continuar a nossa prosa em outro espaço, nossa igualdade e liberdade de pensamento. O que é luta antirracista? Será que nossa dificuldade diária tem a ver com o preconceito? Marcamos uma reunião na casa da Sonia Maria, nossa griô, e conversamos, discutimos vários assuntos na nossa ânsia de mudar o mundo. Entendíamos que precisávamos de uma formação. Buscamos Iêda Leal do MNU (Movimento Negro Unificado), uma figura de notório saber, liderança nacional da entidade. 26 já se passaram (Cassimiro, 2022, p. 52).

Sonia Raimundo também compartilha sua trajetória, que vai do seu trabalho autônomo como costureira até sua militância política. Ela destaca como sua filiação ao PT e o envolvimento no movimento de mulheres Tarde Lilás foram essenciais para sua compreensão das questões sociais:

Sonia Raimundo: Em Guarulhos trabalhei na casa André Luiz. Momentos difíceis, em 1988 a Leila estava com 3 anos voltamos para Santo André, continuava autônoma como costureira quando fui convidada para me filiar no PT e fazer formação em Cajamar, aí entendi porque só o trabalho não resolvia a vida. Iniciei a

militância no movimento de mulheres Tarde Lilás em 1995. Fundamos o Negra Sim onde fui a primeira coordenadora em 1997 (Cassimiro, 2022, p. 95).

Se elas não tivessem experienciado subalternidade nos espaços mistos de participação, talvez não tivessem considerado necessário se retirar desses espaços para exercer uma atuação feminista negra. Isso nos levou a questionar em que medida o Negra Sim se tornou um espaço possível para o exercício da política por essas mulheres. Ao questionar o grupo sobre por que suas integrantes foram se retirando desses espaços, a resposta foi que as relações de tutela estabelecidas ali também contribuíram para que buscassem outras formas de atuação. O processo de organização enquanto grupo é associado pelo Negra Sim à seguinte percepção:

Entrevista com Sonia Raimundo: O movimento feminino era muito forte, liderado pela Ivete Garcia, que depois até virou vereadora aqui. Ela era uma liderança feminista bem marcante, e ainda é. A Ivete e a Cristina eram de um grupo de mulheres brancas que discutiam o 8 de março e faziam várias oficinas sobre sexualidade, trabalho e outras questões. Esse grupo que fundou a Negra Sim entendeu que a gente precisava discutir tudo isso que rolava no 8 de março, mas com um olhar mais voltado pra nossa realidade negra. A conclusão que a gente chegou é que, enquanto muitas mulheres foram queimadas e isso é um momento muito forte na vida delas, as mulheres negras já eram e ainda são queimadas de outras formas. A simbologia de ser queimada dentro da fábrica porque se rebelou é forte, mas a nossa luta sempre foi antes e continua sendo. As mulheres negras ainda são queimadas, só que de outras formas, como ganhando menos, não recebendo respeito e lidando com os piores serviços.

Um aspecto referente à dinâmica de organização do Negra Sim diz respeito ao fato de que todas as suas integrantes, desde as precursoras, tiveram experiências anteriores de participação em grupos/organizações mistos em relação às dimensões de gênero, raça e/ou geração: projetos sociais voltados para jovens de periferias, ONGs, sindicato, partido político (Partido dos Trabalhadores - PT) e entidades ligadas direta ou indiretamente a movimentos sociais (Movimento Negro Unificado – MNU). Geralmente caracterizam esses percursos

anteriores como muito importantes para a socialização política, aprendizagem, ressignificação da identidade étnico-racial, mas sinalizam que também eram marcados em alguma medida pela deslegitimação dos lugares de fala de mulheres negras.

Assim, as mulheres do Negra Sim assumem o papel de "forasteiras de dentro" (*outsider within*) com suas experiências em outros espaços de militância, conforme o conceito de Patricia Hill Collins. A autora define essa expressão como uma posição social ou um

espaço de fronteira ocupado por grupos que detêm poder desigual. Na academia, por exemplo, essa posição permite às pesquisadoras negras observar, a partir de suas próprias vivências, as anomalias manifestadas na omissão ou nas interpretações distorcidas de certos fatos sociais. Embora Collins se refira à Sociologia, essa abordagem pode ser considerada uma prática política aplicável em todas as áreas do conhecimento (Cardoso, 2014):

Muitas feministas negras, mulheres de cor, chicanas, como Gloria Anzaldúa, vêm atuando como forasteiras de dentro (outsider within), reinventando definições, delimitando lugares sociais para melhor se posicionarem, como forma de realizarem a autodefinição. Anzaldúa, por exemplo, torna suas próprias experiências vividas como cidadã-norte americana descendente de mexicanos, criada em uma região fronteira entre o México e os EUA, lésbica, feminista, para investigar a opressão de gênero patriarcal das duas sociedades. “Suas experiências são as lentes pelas quais enxergam e analisam o mundo” (Cardoso, 2014, p. 965).

Como debatido, a partir dos anos 1990, o feminismo hegemônico, influenciado pela atuação das feministas negras, começou a incorporar a questão racial em sua agenda, reconhecendo o racismo estrutural como um fator central para entender a realidade da mulher negra brasileira e a necessidade de alinhar a luta por seus direitos à busca pela igualdade racial. Diante das limitações de mobilização dentro das organizações feministas e negras tradicionais, e da urgência de abordar os impactos combinados do racismo e do sexismo, as feministas negras optaram por formar grupos independentes, onde pudessem liderar uma luta antirracista integrada à pauta de gênero (Lima, 2020).

No caso do Negra Sim, as experiências anteriores de suas integrantes em grupos e movimentos sociais, incluindo o movimento de mulheres e o movimento negro, foram fundamentais para a construção de uma atuação coletiva e para a aproximação com um campo político de disputa. Em diversos casos, as participantes puderam vivenciar diretamente ou acompanhar conflitos nesses contextos, o que contribuiu para a formação de uma consciência crítica sobre a importância de uma abordagem interseccional. Ao ingressarem no grupo, especialmente quando ele passou a priorizar a interseccionalidade de gênero e raça, as

integrantes relatam que foi nesse momento que começaram a desenvolver coletivamente práticas mais alinhadas com essa perspectiva.

Ao abordar as desigualdades de gênero, por exemplo, o feminismo transforma as

mulheres em novos sujeitos políticos, o que permite que grupos como o Negra Sim construam um olhar distinto, adaptado ao contexto periférico e racializado em que estão inseridos, e promovam lutas específicas. Nesse sentido, grupos como os de mulheres indígenas e negras possuem demandas próprias, que não podem ser contempladas exclusivamente pela questão de gênero, sem considerar as particularidades que moldam a experiência de ser mulher em cada contexto (Carneiro, 2003).

O pensamento de Lélia Gonzalez expressa com precisão essa demarcação; a autora foi pioneira ao criticar o feminismo hegemônico e ao refletir sobre as diferentes formas de resistência das mulheres ao patriarcado, destacando as histórias das mulheres negras e indígenas no Brasil, na América Latina e no Caribe (Cardoso, 2014).

Cabe aqui um dado importante da nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região assim como para as ameríndias a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. A experiência histórica da escravização negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, fossem crianças, adultos ou velhos. E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas políticas-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de liberação. A mesma reflexão é válida para as comunidades indígenas. Por isso, nossa presença nos movimentos étnicos é bastante visível; aí nós amefricanas e ameríndias temos participação ativa e em muitos casos somos protagonistas. (...) A criação de novas redes como o Taller de Mulheres das Américas (que prioriza a luta contra o racismo e o patriarcalismo numa perspectiva anti-imperialista) e DAWN/MUDAR, são exemplos de uma nova forma de olhar feminista, luminoso e iluminado por ser inclusivo, aberto a participação de mulheres étnica e culturalmente diferentes. E Nairóbi foi o marco desta mudança, deste aprofundamento, deste encontro do feminismo consigo mesmo (Gonzalez, 2011, pp. 18-19).

Essa abordagem de visibilidade e representatividade também encontra eco na trajetória de lideranças que, como Rosana da Silva, transformam suas vivências em aprendizado e inspiração para outras pessoas negras. Ao revisitar sua própria trajetória, Rosana reflete sobre a importância de se tornar uma referência e os ensinamentos adquiridos ao longo de sua participação no movimento:

Rosana da Silva: Várias vezes fui referência de jovens negros e negras por conta de meu cabelo, postura, posicionamentos, buscando em mim, Mulher Negra, referência e identidade. Nessa minha jornada, participei de vários enfrentamentos e aprendizados. Quando fui ao primeiro Fórum Estadual de Mulheres Negras, fiquei

fascinada com a força daquelas militantes que tratavam dos temas com tanto saber e propriedade, Racismo, Feminismo e Religiosidade, Mercado de Trabalho, Políticas Públicas, Empoderamento, as lutas, as nossas bandeiras, direitos e tudo mais (Cassimiro, 2022, p. 53).

Ao refletirmos sobre o **processo de constituição da identidade coletiva do grupo**, notamos que ele envolve o reconhecimento das categorias sociais (gênero, raça, geração e classe social) que estão constantemente em tensão no processo de diferenciação entre nós e eles (Mayorga; Prado, 2010). Nesse processo, o grupo se configura para as participantes como um espaço para o desenvolvimento de estratégias para enfrentar alguns desafios identificados para a atuação coletiva.

Seguindo nessa linha, Rosi Silva reflete sobre a realidade das mulheres negras dentro do grupo, destacando as lutas diárias e a importância do empoderamento e da autoestima.

Entrevista com Rosi Silva: A gente também trabalha com essa questão, porque sabemos que esses lugares ainda são muito solitários. A mulher negra enfrenta lutas diárias para estar em certos espaços, e a gente foca na autoestima e em como ela pode se inserir melhor na sociedade. Tem meninas que, por não terem trabalho, acabam passando por dificuldades desnecessárias. Tem uma delas, por exemplo, que é mãe solo de três filhos. Isso mexe bastante com o emocional dela. Ela entrou e saiu do grupo várias vezes, dizendo que não ia dar conta, mas sempre volta porque sente que precisa estar lá. A gente vai conversando, tentando mostrar a importância do empoderamento da mulher negra. Muitas vezes, a gente vê que elas se sentem um pouco acuadas. Amanhã, por exemplo, vamos fazer um encontro e conseguimos uma van para levar a gente até a Vila Mariana, no Museu Afro. A ideia é capacitar, mostrar e ensinar a valorização da nossa ancestralidade. A gente insiste nesse ponto, que a tristeza de ontem não precisa carregar para hoje. É o que eu estava falando para você, Luana. As pessoas precisam parar com essa ideia de “Ah, minha mãe não conseguiu, trabalhou em casa de família, então eu também vou trabalhar em casa de família?”

Sonia Raimundo, por sua vez, oferece uma perspectiva sobre as múltiplas formas de violência e desafios que as mulheres negras enfrentam desde o nascimento. Ela discute como a violência, a falta de acesso a recursos e a necessidade contínua de resistência afetam a vida das mulheres negras, especialmente das mães.

Entrevista com Sonia Raimundo: Porque, assim, você nasce preta, negra, e muitas vezes, logo no nascimento, sua mãe já passou por violência. Se você pesquisar sobre mortalidade materna, vai ver que a maioria das mulheres negras enfrenta isso. Então, você já começa a vida com essa violência, e depois tem a saúde, a educação, o trabalho, a moradia. Não tem uma discussão específica sobre isso. A gente precisa

resistir pra existir, sabe? Não tem como definir qual é a pior demanda. Às vezes você é mãe e tem que lidar com uma situação, e em outras, com outra, especialmente se você é mãe de meninos e precisa se preocupar com eles até os vinte anos. Sua rotina é contínua, você não tem um momento de tranquilidade para dizer "isso aqui tá tranquilo". Algumas mulheres conseguem sobreviver, e eu quero dizer que eu sou uma sobrevivente. O meu maior legado é que eu conheci minha bisavó, minha avó e ainda tenho minha mãe, que vai completar noventa anos. Pouquíssimas mulheres negras têm isso. Elas podem contar que conhecem a mãe, mas raramente a bisavó. Poucas conseguem ver essa geração toda.

Sobre esse ponto, é importante destacar como as questões trazidas por Sonia Raimundo, Rosi Silva e as famílias atendidas pelo Negra Sim refletem uma realidade comum: essas famílias são, em sua maioria, lideradas por mulheres negras. Nessa situação, as mulheres negras tornaram-se peças centrais para a sobrevivência de suas famílias, ao ingressarem no mercado de trabalho, especialmente no setor de serviços domésticos. Para Eliete Barbosa (2015), que estuda o ativismo de mulheres negras, a matrifocalidade das famílias negras assume, assim, um papel essencial na resistência à opressão. Esse protagonismo feminino negro constitui-se como uma prática de resistência que articula dimensões originárias da matriz africana, mobilizadas como resposta necessária de sobrevivência a mecanismos de opressão historicamente construídos.

Tanto as religiões da tradição judaico-cristã e de matrizes africanas deixaram “marcas” nos movimentos sociais, principalmente nas lideranças femininas ora pela influência da CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) nos trabalhos sociais desenvolvidos pelas pastorais, ora matrifocalidade das mulheres negras que mantiveram esta cultura e a oralidade como bem simbólico, além da sobrevivência do grupo familiar. As religiões de matriz africana reconstruídas no Brasil trouxeram para o cenário a ideia da matrifocalidade. Desta confluência, gerou um cenário onde se sobressaem lideranças femininas que se destacam em ações de defesa dos direitos sociais básicos e que se destacam nas atividades de resistência dos bairros periféricos (Barbosa, 2015 p.36).

Assim, no **processo de constituição, organização** e engajamento no grupo, as integrantes, ao se unirem ao Coletivo, compartilhavam vários elementos comuns em suas trajetórias de vida, incluindo experiências como as mencionadas acima, exercendo papéis de principais cuidadoras de suas famílias ou de lideranças em suas comunidades. Elas também encontravam inspiração em feministas negras de gerações anteriores, que atuaram nas organizações onde iniciaram sua militância, bem como em ativistas que as precederam na luta

política. Sandra Cassimiro descreve o ambiente de aprendizado e colaboração nas reuniões realizadas tanto na casa de Sonia Raimundo quanto na Casa Cinco:

Entrevista com Sandra Cassimiro: As reuniões aconteciam na casa de Sonia e também na Casa Cinco. Reconhecendo a necessidade de formação, buscamos orientação com Iêda Leal, do MNU, e Matilde Ribeiro, que participou dos primeiros encontros. Kika Silva, do Fórum Estadual e Nacional de Mulheres Negras e da Coordenação da Marcha das Mulheres Negras, também contribuiu, oferecendo uma formação política focada na atuação da mulher negra na sociedade.

As mulheres de suas famílias (mães, avós, tias, irmãs) também são nomeadas por elas como importantes exemplos de resistência cotidiana:

Entrevista com Sonia Raimundo: Então, você resiste, é mãe, e sempre tem outra demanda, especialmente se você é mãe de meninos e tem que se preocupar com eles até os vinte anos. Sua rotina é contínua, você não tem um momento de tranquilidade para dizer "isso aqui tá tranquilo". Às vezes, quando você vai à escola, ou em outras situações, algumas mulheres conseguem sobreviver. E eu quero dizer que sou uma sobrevivente. Eu penso que meu maior legado é que conheci minha bisavó, minha avó e ainda tenho minha mãe, que vai completar noventa anos. Pouquíssimas mulheres negras têm isso. Elas podem contar que conhecem a mãe, mas é raro conhecer a bisavó. Eu tenho uma foto com minha filha, minha mãe e eu. Poucas mulheres negras têm essa felicidade de ver tantas gerações. Na verdade, eu vivo quatro gerações: minha mãe, eu, minha filha e meus netos e netas. Então, sobreviver pra nós é muito difícil.

Ao ingressarem no Negra Sim, as integrantes traziam diversas expectativas: combater o racismo e o machismo, contribuir para o empoderamento das mulheres, especialmente negras e jovens; enfrentar as manifestações do machismo que impactam o cotidiano das mulheres em diferentes situações; e criar espaços para participação e formação. Elas buscavam no grupo, e com o grupo, garantir um espaço para discutir questões de gênero e raça. A partir das entrevistas e da análise dos materiais, conclui-se que muitas relataram que a participação no grupo foi crucial para a adoção de novos posicionamentos em relação a si mesmas e às suas visões de mundo. Aqui destacam-se os relatos de Daniela Guedes e Rosi Silva:

Daniela Guedes: Conhecer a Negra Sim me trouxe aos 20 anos uma intensa sensação que um novo ciclo se iniciava em minha vida, pois agora todas as minhas dúvidas estavam sendo enegrecidas e agora além de entender quem eu era, eu estava com a oportunidade de socializar e multiplicar todo meu entendimento a

aprendizado diário. (destaques meus. Cassimiro, 2022, p. 80).

Entrevista com Rosi Silva: Luana, eu nunca trabalhei em casa de família, e se precisasse, eu não ia deixar de fazer outras coisas. Mas o problema é que as pessoas só perguntam em qual casa eu trabalho, entende? Elas não se interessam pelo que eu faço realmente. Isso é uma visão que as pessoas têm e estampam na cara de cada mulher negra do nosso país. A nossa raça precisa progredir, não pode ficar parada, especialmente as mulheres. A força vem da ONG e a gente precisa se sentir empoderada. Antigamente, eu não sentia isso, eu chorava e guardava tudo no coração. Falo de situações antigas, mas que ainda acontecem hoje. O racismo, infelizmente, tá enraizado na sociedade. Agora, tá meio camuflado, eu diria. A gente sofre muito com isso, mas não podemos abaixar a cabeça.

Esse percurso, como vimos, também se refletia nas posições que o Negra Sim ocupava em seus campos de atuação. A organização, enquanto Coletivo de mulheres negras, tornou-se uma estratégia para atuar não apenas no campo político de Santo André, mas também em outros contextos onde a participação de mulheres negras enfrentava as barreiras da invisibilidade e da subalternização.

Tensões e disputas: desafios externos na luta pelo reconhecimento

Como já abordado, a trajetória do Negra Sim foi marcada por desafios significativos que impactaram a dinâmica e as estratégias do grupo. Entre as barreiras enfrentadas estavam a invisibilidade e a subalternização das vozes das mulheres negras, além da disputa com outros grupos e movimentos sociais que também lutavam por espaço no cenário político.

Seguindo nessa linha, as pesquisas sobre a mulher negra brasileira revelam as construções identitárias de um sujeito que vive em um contexto de opressão severa. Essa identidade emerge da intersecção de duas matrizes de opressão: gênero e raça. O machismo e o racismo, portanto, criam um espaço específico para a mulher negra, que, a partir dessa realidade, busca desenvolver uma subjetividade voltada para a resistência. Salete Joaquim afirma que:

A história da mulher negra é a história da assimilação dos padrões e relações da mulher branca. É a história da submissão ideológica a um grupo étnico que se fez hegemônico. Nesta perspectiva, é a história de uma identidade étnica negada em atenção às circunstâncias de vida apresentadas ao grupo negro (Salete Joaquim, 2014, p. 194).

Durante a entrevista, Rosana da Silva compartilhou que, no início, o Coletivo estava focado em tratar de questões amplas, envolvendo crianças, homens e mulheres. No entanto, como ela nos contou, o grupo Negra Sim rapidamente reconheceu a necessidade de direcionar suas energias e esforços para um foco mais específico.

Entrevista com Rosana da Silva: Começamos a nos reunir na garagem da casa da Sonia Raimundo Kelly, lá na vila Suíça, e começamos a conversar. Primeiro momento queríamos fazer o mundo. Queríamos ser mulheres negras, que falávamos de tudo, de tudo. A gente queria falar de homem, mulher, criança, tudo. Depois a gente entendeu que a gente tinha que focar na base dessa pirâmide. Desigualdades que a gente entende hoje, que é as mulheres, que são as mulheres negras, né?

Esses obstáculos exigiram que o Negra Sim negociasse sua identidade e posição, sempre buscando um equilíbrio entre visibilidade pública e a eficácia de suas ações no contexto local e comunitário como destacado em uma das entrevistas:

Entrevista com Sonia Raimundo: O FéMeninas era um movimento de mulheres brancas, e nós começamos a nos envolver, mas em algum momento entendemos que o 8 de março não nos representava. Era um movimento de mulheres trabalhadoras, e percebemos que precisávamos de mais... Precisávamos discutir todas aquelas questões com o nosso olhar, um olhar negritado.

Na fala de Sonia Raimundo, essa percepção de que o movimento tradicional de 8 de março não as representava é muito emblemática. A necessidade de um "olhar negritado" traz à tona a importância de se criar espaços onde as vivências e as lutas das mulheres negras possam ser discutidas sob sua própria perspectiva, sem a mediação de olhares que não abarcam a totalidade de suas experiências.

Assim, o protagonismo das mulheres negras configura-se como uma prática de resistência, articulando elementos de matriz africana que se tornam respostas fundamentais de sobrevivência frente a um sistema histórico de opressão.

Essa situação reflete a profunda opressão que Patricia Hill Collins descreve, conforme citado por Barreto (2005), de “imagens controladas” das mulheres negras, que contribuem para fazer com que o racismo, o sexismo e a pobreza sejam vistos como naturais e inevitáveis. No Brasil, isso se manifestava por meio da imagem da democracia racial e das figuras da

mulata e da mãe-preta.

Nessa mesma linha, Lélia Gonzalez afirma que as representações da "mãe preta", da "doméstica" e da "mulata" são manifestações diferentes, mas interligadas, de um mesmo processo de controle imagético. Raquel Barreto (2005) aponta que, embora essas representações sejam distintas, elas fazem parte de um sistema de opressão que perpetua o domínio sobre a mulher negra.

Na sua avaliação da condição das mulheres escravas, Lélia pontua de imediato que a sua "condição" feminina não suavizou o trabalho dessas mulheres, que atuaram em duas funções: trabalhadora do eito e a mucama. A primeira seria definida como escrava produtiva e outra como responsável pela manutenção da "casa grande" e ainda com a dimensão da exploração sexual. Lélia lembra o seu papel na luta de resistência cotidiana, na liderança de quilombos, como cooperadora e organizadora de fugas ou revoltas (Barreto, 2005: p.38).

Gonzalez também aponta que esse processo de controle é gradualmente naturalizado e internalizado.

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações mentais sociais que se reforçam e reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra, em particular, desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa (Gonzalez, 1979).

Mesmo com a intensa atuação desses mecanismos de opressão, existe uma resistência ativa e um esforço constante pela reconstrução de subjetividades próprias, como observado na experiência do Negra Sim. Nesse contexto, vale trazer um trecho de Salete Joaquim (2014), que destaca essa resistência e o reconhecimento do protagonismo que embasou as falas das mulheres do Coletivo:

Saber-se mulher negra é viver a experiência de ter a sua identidade étnica negada, mas é também e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar a sua história e recriar-se em suas possibilidades (Salete Joaquim, 2014, p. 200).

Ainda, durante a entrevista com Rosana da Silva, ela sinaliza que o rompimento com o "feminismo branco" foi importante para demarcar a luta do Negra Sim pelas agendas

distintas:

Entrevista com Rosana da Silva: O feminismo branco não nos contempla porque nós, mulheres negras somos empregadas. As mulheres brancas que saem para fazer a luta vão ser independentes, trabalhar, ganhar mais. E a gente fica lá cuidando dos filhos dela, cuidando da família. E elas não entendem que nós, mulheres negras, somos mulheres igual a elas. Então, a nossa luta enquanto mulher negra é pela igualdade de salário. A mulher branca na pirâmide. Desigualdades são as que mais ganham. Ganham mais que os homens pretos e as mulheres negras estão lá abaixo, em média de 1.600 R\$. Então esse feminismo não, não, não nos contempla. A gente tem que escolher o que nos contempla e o feminismo discutir com as mulheres negras. Isso nos contempla. Então, a Por mais que a gente escuta o 8 de março, que é um marco importante das mulheres, ainda assim a discussão do 25 de julho é feito pelo movimento negro, não pelas mulheres. O 8 de março não tem um olhar das mulheres trabalhadoras que foram queimadas, mas as mulheres trabalhadoras, trabalhadoras, que vieram o Brasil escravizadas, não são contadas, não são contadas no 8 de março. Então a gente tem que muito que avançar na questão desse feminismo que não nos contempla.

A experiência compartilhada por Sonia Raimundo e Rosana da Silva, além de outras integrantes entrevistadas ilustra bem essa questão. Ao refletir sobre a necessidade de uma abordagem mais ampla e plural, ela revela como o Coletivo teve que navegar em um contexto político complexo, onde suas demandas nem sempre eram facilmente integradas às pautas de outros movimentos. Esse processo de adaptação e negociação foi fundamental para o fortalecimento do Negra Sim, que se consolidou como um agente de transformação social, voltado para os direitos e a emancipação das mulheres negras em Santo André, como podemos ver nas palavras de Sandra Cassimiro:

Entrevista com Sandra Cassimiro: Representa a necessidade de mulheres negras da cidade e da região terem vez e voz na sociedade. Representa também a luta dessas mulheres para saírem da base da pirâmide em que se encontram.

Essa busca por autonomia e visibilidade se entrelaça com a percepção de Sandra Cassimiro de que, mesmo dentro do movimento negro, o machismo prevalecia, o que reforçou a necessidade de um espaço exclusivamente feminino. O Negra Sim surgiu justamente como um lugar onde as mulheres negras poderiam se organizar para discutir suas próprias pautas, reafirmando a importância de uma agenda política feminista negra.

Entrevista com Sandra Cassimiro: O que eu noto, tem a militância pelo racismo, mas mesmo no movimento negro tem o machismo. Por isso é Negra Sim, pra ter só mulher.

Nesses espaços apresentados, o Negra Sim tem se destacado ao expor reivindicações e bandeiras feministas negras, articulando-se com outras mulheres que se identificam como feministas negras e exercendo pressão para que suas demandas sejam incluídas nas ações e pautas elaboradas coletivamente. Em depoimento, Sandra Cassimiro reflete sobre as dificuldades enfrentadas pelo movimento feminista em Santo André e a predominância de vozes brancas nas discussões feministas

Entrevista com Sandra Cassimiro: Então, o movimento feminista em Santo André deu uma caída, né? Antigamente tinha muito mais reunião e ação, mas agora tá meio devagar. A gente ainda participa de algumas coisas e vê que, infelizmente, quando se fala de feminismo, a voz que mais se ouve é da mulher branca. A gente tá lá pra lembrar que também somos mulheres e que precisamos de espaço pra falar das nossas questões. A gente até teve um contato com um grupo que tá lá no final da cidade tentando incluir as mulheres. E em São Paulo, fizemos uma aproximação com o pessoal de Franco da Rocha e outros coletivos que estão na mesma luta, tentando se estruturar e se manter. Às vezes é um perrengue conseguir espaço e visibilidade. Lá em Diadema, o polo das mulheres negras tá muito bem estruturado, especialmente com a Márcia Damasceno no governo. Mas mesmo assim, a dificuldade continua. Então, a gente precisa estar presente e se mostrar, porque se a gente não fizer isso, outro vai ocupar o espaço e talvez não atenda às nossas necessidades. Se a gente não se envolver, outra pessoa vai ocupar o espaço que a gente precisa. E muitas vezes essas pessoas podem não ter as mesmas prioridades que a gente. Por isso, é importante que a gente continue participando e buscando oportunidades, mesmo que seja cansativo.

O processo de constituição e fortalecimento do Negra Sim exemplifica uma dinâmica essencial na busca por reconhecimento e inclusão. Enfrentando tensões e conflitos externos, o Coletivo não só lidou com desafios relacionados à visibilidade e representatividade, como também redefiniu as formas de engajamento político e social para refletir suas especificidades em diferentes espaços. Essa trajetória evidencia a importância de desenvolver estratégias adaptativas e inovadoras dos movimentos sociais que respeitem e amplifiquem as vozes historicamente marginalizadas, sem comprometer a integridade de suas demandas.

A experiência do Coletivo Negra Sim proporciona uma compreensão profunda da importância de construir e manter espaços que permitam a discussão das realidades vividas por grupos marginalizados. Seu compromisso com a autonomia e a representatividade

comprova que, mesmo diante de adversidades, é possível criar e manter plataformas eficazes para promover mudanças, ampliar o reconhecimento das lutas específicas e fortalecer o relacionamento com diversas organizações, ocupando, sobretudo, espaços de construção política.

Considerações finais

A participação política das mulheres negras é construída em um contexto de opressão interseccional que, em muitos casos, lhes atribui o papel de cuidadoras do lar e da família. A insuficiência das políticas públicas em atender a essas demandas motiva essas mulheres a se organizarem, impulsionadas pela indignação com a precariedade dos serviços disponíveis. Elas formam grupos e iniciativas, atuando em áreas onde o Estado é ausente, e tornam-se figuras respeitadas em suas comunidades. À medida que as políticas falham em responder adequadamente a essas necessidades, essas mulheres articulam suas ações para suprir a baixa qualidade dos serviços, criando organizações que buscam intervir nessas questões.

Todavia, como evidenciado nos materiais e nos depoimentos das integrantes do Negra Sim, as mulheres ativistas da geração mais recente demonstram que a militância é uma “opção”, diferentemente das fundadoras do Coletivo, que militavam por necessidade. Elas não apenas respondem a demandas sociais não atendidas; ao contrário, buscam disseminar novas ideias, como nas lives do Negra Sim durante a pandemia, abordando temas como a saúde da mulher negra. Assim, desenvolvem uma militância institucionalizada sustentada por projetos elaborados para inscrição em editais e pelo acesso de suas militantes à educação superior.

A trajetória do Negra Sim — Movimento de Mulheres Negras de Santo André — ilustra a força e a resiliência na luta contra a opressão e a invisibilidade histórica. Desde os anos 1990, o Coletivo tornou-se um espaço central de enfrentamento do racismo e das desigualdades de gênero, estabelecendo parcerias com organizações locais. Essas alianças, entre outras coisas, fortalecem a importância de espaços autônomos para mulheres negras, cuja presença em posições de poder ainda é limitada.

Esse ativismo consolidou-se como uma contestação à visão tradicional de uma mulher confinada ao espaço doméstico. As lideranças femininas negras tornaram-se protagonistas na

luta pelo bem-estar das famílias periféricas, desempenhando um papel crucial em suas comunidades. Uma entrevistada comentou que a mulher negra é o elo de sustentação dessas famílias e que, caso ela enfraqueça, a estrutura familiar corre o risco de se desintegrar. Assim, a matrifocalidade das famílias negras revela-se fundamental na resistência à opressão, uma vez que muitas mulheres negras assumem esse papel, principalmente aquelas atendidas pelas ações do Negra Sim.

Além disso, para as mulheres negras, esse protagonismo é diferente das pautas feministas tradicionais, que costumam focar em questões pessoais e privadas, como a igualdade de gênero nas esferas familiares e no trabalho. No caso das mulheres negras, suas experiências são marcadas pela interseção do racismo e do sexismo, o que torna suas lutas e necessidades distintas, exigindo abordagens que considerem essas especificidades.

Outro ponto de destaque na análise feita sobre o Coletivo Negra Sim é que algumas integrantes buscaram acesso à educação como estratégia para subverter o lugar de subalternidade e de cuidadoras da família e responsáveis por outras dimensões do trabalho reprodutivo. Diversas ações do Negra Sim visam à emancipação de meninas negras por meio de oportunidades educacionais e suporte à subsistência de muitas famílias na periferia de Santo André. O protagonismo feminino negro, então, configura-se como prática de resistência que articula várias dimensões culturais e políticas como resposta à uma opressão histórica.

A condição particular da mulher negra é negligenciada tanto no movimento feminista quanto no movimento negro. No feminismo, a variável raça tende a se dissolver na categoria de gênero, enquanto no movimento negro o gênero frequentemente é subjugado à categoria de raça. As falas das integrantes do Negra Sim demonstram que as feridas que afligem as mulheres negras não podem ser atribuídas a uma única forma de opressão, mas ao conjunto delas.

A escolha por realizar entrevistas com integrantes do Negra Sim teve o objetivo de captar suas perspectivas e experiências sobre a construção política do grupo. Esse instrumento revelou-se especialmente relevante no contexto de atuação política de mulheres negras, pois proporcionou um espaço para que elas expressassem suas vivências, desafios e lutas de maneira direta e subjetiva. Ao adotar a perspectiva do *"outsider within"*, conforme discutida

pela professora Patricia Hill Collins, reconhece-se a posição única ocupada por essas mulheres tanto na sociedade quanto dentro do movimento feminista. Essa posição marginalizada, resultado da interseção entre opressões raciais e de gênero, muitas vezes gera uma sensação de desencaixe em relação aos movimentos feministas e antirracistas, que frequentemente não captam a totalidade de suas experiências.

As entrevistas, portanto, não apenas enriqueceram a análise ao trazerem vozes diretamente envolvidas na luta, mas também atuaram como uma forma de resistência epistemológica. Ao permitir que as participantes tivessem um papel ativo no processo de pesquisa, possibilitou-se uma quebra na tradicional exclusão das mulheres negras dos espaços acadêmicos e dos processos de tomada de decisão em estudos que lhes dizem respeito.

Assim, torna-se evidente que a luta do Negra Sim integra um movimento social que desafia normas e estruturas opressivas, ampliando a participação de mulheres negras em diferentes esferas sociais e políticas. Esse artigo representa um convite para novas investigações sobre a história e o impacto do ativismo negro feminino, suas conquistas e os desafios ainda existentes. A experiência da pesquisadora ao longo deste estudo reforça a convicção de que a trajetória do Negra Sim e a força dos movimentos de mulheres negras são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, onde autonomia, representatividade e reconhecimento sejam garantidos.

Referências

BARBOSA, Eliete Edwiges. **Na militância para o reconhecimento**: um estudo de mulheres negras ativistas na cidade de São Paulo. 2015. 248 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça**: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. 128 p.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez, **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.22, n.3, p. 965-986, set./dez. 2014. LIMA, Dulcilei da Conceição. **#Conectadas**: O feminismo negro nas redes sociais. 180 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do ABC, Santo André, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CASSIMIRO, Sandra. **Mulheres Negras Sim**. São Paulo: Ícone, 2022. 96 p.

FABIAN, Ana Maria Boa Ventura; SANTOS, Gevanilda; LIMA, Itamarati de. **Memória e história de negros e negras na cidade de Santo André**. 1. ed. São Paulo: Soweto Organização Negra, 2006. 78 p.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada no **VIII Encontro Nacional da Latin American Studies Association**, realizado de 05 a 07 de abril em Pittsburgh (USA), 1979.

_____. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

_____. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Revista Raça e Classe**, Brasília, n. 5, a. 2, p. 2, nov./dez. 1988.

_____. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

LEMOES, V.; FERREIRA PERAZZO, P.; DE OLIVEIRA, R. N. G. . Educação e trabalho de mulheres negras: histórias de vida na interseccionalidade entre gênero e raça. **História Oral**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 93–113, 2022. DOI: 10.51880/ho.v25i1.1240. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1240>. Acesso em: 6 nov. 2024.

MAYORGA, C., & PRADO, M. A. M. **Democracia, instituição e articulação de categorias sociais**. In: C. Mayorga (Org.), Universidade cindida; universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 46-70.

MENDOZA, Brenny. **La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano**. In: MINOSO, Yuderlys Espinosa (Coord.). Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano. Buenos Aires: En la Frontera, 2010, p. 19-36.

MORAES, Maria Lygia. **Cidadania no Feminino**. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003. p. 495-516.

SALETE JOAQUIM, M. Identidade da mulher negra. In: SANDOVAL, S. M.; HUR, D. U.;

DANTAS, B. S. A. (orgs) **Psicologia política: temas atuais de investigação**. Campinas: Alínea, 2014.

SOUZA, Fernando Luiz Monteiro de. **Racismo e Reconhecimento no Grande ABC**. Grupo



**REVISTA
NZINGA**
Diálogos acadêmicos
e lutas sociais
movimentos negros,
periféricos, indígenas
e mulheristas

de Trabalho Cidadania e Reconhecimento. 20 p. Disponível em:
https://portal.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2967&Itemid=170. Acesso em: 6 nov. 2024.